PERFIL DE INGRESSANTES NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO FACE AO CENÁRIO SOCIAL BRASILEIRO

Márcio Donizetti Corrêa¹, José Camilo Santos Filho²

¹ Mestrando em Educação na Universidade do Oeste Paulista. ² Docente na UNICAMP e no Curso de Mestrado em Educação da UNOESTE. E-mail marciadc2008@hotmail.com

RESUMO

Os índices sobre acesso ao ensino superior, levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP - a partir dos anos 90, mostram o aumento no número de instituições de ensino superior e o consequente aumento no número de cursos e de vagas, em resposta às demandas e exigências do mercado de trabalho que clama por profissionais eficazes, críticos, reflexivos e socialmente responsáveis. Essa realidade nova do ensino superior brasileiro requer um olhar atento ao processo de gestão dessas instituições que estão respondendo aos estímulos e incentivos das políticas públicas de acesso e expansão da educação superior no país. Este estudo procura sintetizar esse cenário com base em observações pessoais enquanto docente no ensino superior, e apresentar alguns aspectos relacionados às diferenças sociais na educação, em especial em relação à educação superior no Brasil. Neste contexto, procura-se também mostrar as desigualdades no campo social quando se trata das exigências para o mercado de trabalho, diante de uma realidade presente no processo de formação profissional. O texto visa promover um olhar sobre o caráter social do acesso ao ensino superior, e para isso, apresenta os resultados de uma pesquisa de caráter quantitativo obtidos mediante questionário aplicado a 50 alunos ingressantes no curso de administração de uma instituição de ensino superior, com o propósito de apurar os aspectos que envolvem o acesso desses alunos a um curso de graduação. Através desses dados objetiva-se fazer estudos mais apurados que possibilitem mais informações para a análise do perfil de alunos de curso superior brasileiro.

Palavras-chave: ensino superior, acesso à educação superior, políticas educacionais, formação do administrador.

1. INTRODUÇÃO

A profissão de administrador, bem como a docência no ensino superior, têm-me propiciado observar diferenças substanciais nos perfis dos alunos que ingressam na graduação. Essas observações referem-se principalmente a algumas características de sua formação e de condições socioeconômicas para a realização do curso por parte de alguns alunos “inclusos” no curso superior em diferentes faixas etárias. É necessário também ressaltar que essas observações ampliam sua abrangência para o campo do comportamento desses alunos na sua nova condição de universitário. Neste trabalho busca-se analisar em que condições econômicas e sociais esses alunos ingressam no ensino superior.

Considera-se primeiramente o aumento do número de instituições e de vagas, conforme os dados apresentados pelo Censo da Educação Superior, fornecida pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Neste contexto, também se torna relevante analisar como as instituições de ensino têm desenvolvido as suas habilidades e capacidades de gestão.

Para efeito de registro, em 1991 havia 4.908 cursos de graduações presenciais no Brasil e 1.565.056 matrículas, subindo para 27.827 cursos e 5.115.896 matrículas em 2009, o que representa um salto quantitativo muito grande ao longo de quase 20 anos. Faculdades particulares no país eram 1.823 unidades em 1991 e em 2009 totalizavam 8.599, segundo dados do INEP. Atualmente são cerca de 1.170.000 graduandos em administração para atender cerca de 25 milhões de empresas no Brasil, segundo fontes da revista *Administrador Profissional*. No Brasil existem outros indicadores de ensino superior que reforçam as estatísticas de acesso, conforme o Censo da Educação Superior 2010:

<ul style="list-style-type: none"> • Havia no Brasil 2.378 instituições de ensino superior (IES) com 29.507 cursos presenciais e a distância;
<ul style="list-style-type: none"> • Em 2010 havia 6.379.299 matrículas;
<ul style="list-style-type: none"> • Houve aumento de 110,1% no número de matrículas entre 2001 e 2010;
<ul style="list-style-type: none"> • Quinze IES privadas eram detentoras de aproximadamente 25% do mercado (um milhão de matrículas).

Fonte: Revista Administrador Profissional/ Censo da Educação Superior 2010 e CM Consultoria disponível

Kanitz (2005) apresenta alguns dados relevantes sobre a situação dos cursos de administração no Brasil. Em 1994, o país tinha trezentos e cinquenta cursos de Administração e atualmente já são dois mil e trezentos. Do total de alunos concluintes dos cursos de graduação no país, 18% são em Administração, perdendo apenas para o curso de Medicina e superando inclusive o curso de Direito. Há dez anos, mesmo havendo mais de duzentos mil administradores, segundo Kanitz, apenas 5% das empresas do país contavam com um administrador para dirigi-las. Estima-se que 75% das empresas não fecharão nos próximos quatro anos se forem geridas por administradores formados.

Se considerarmos o cenário nacional, o curso de administração é um dos que mais cresce, conforme relata Calza (2012):

Curso mais procurado no ensino superior de acordo com os censos divulgados anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), a administração tem tudo para continuar em alta na preferência dos jovens e no mercado de trabalho por uns bons anos pela frente, como apontam vários fatores (CALZA, 2012, p. 21).

Dentre os fatores citados pela autora, destacam-se o próprio crescimento econômico verificado nos últimos anos e o amadurecimento dos consumidores que passam a exigir das empresas melhor qualidade no desempenho das pessoas.

Para Schwartzman (1994), a expansão do ensino superior impulsionada pela tentativa de adaptar o modelo norte-americano, estimulando o crescimento da pós-graduação *stricto e lato sensu* e liberando créditos para concessão de bolsa de estudo ou de financiamento educativo, tem favorecido o alcance dos patamares observados da expansão em base à legislação vigente. No entanto, observa Schwartzman,

Um cenário mais otimista, de retomada do desenvolvimento econômico e de um saneamento das finanças das administrações federal e estaduais, não significará necessariamente uma expansão do sistema de ensino superior público, mas pode significar pelo menos que as instituições públicas não continuarão a se deteriorar. Uma população com mais poder aquisitivo e uma economia ativa e em processo de modernização podem levar a uma ampliação da demanda por pessoas mais habilitadas tanto para atividades especializadas quanto para as que requerem conhecimentos genéricos (SCHWARTZMAN, 1994, p. 161).

O autor destaca ainda alguns obstáculos que historicamente estão enraizados no cenário brasileiro e afetam o sistema público de ensino. Três deles particularmente se vinculam à universidade: A *debilidade do ethos*, associada ao fator cultural; o *elitismo*, que leva o governo a adotar uma política de contenção da expansão do ensino superior público; e o *corporativismo*, que leva os grupos profissionais articulados a se mobilizarem na defesa de seus interesses corporativos. (SCHWARTZMAN, 1994).

Historicamente a educação brasileira tem passado por sérias e profundas transformações e sobre essas mudanças começamos a refletir. Todo esse novo e grande contingente de ingressantes no ensino superior possui realmente as mesmas oportunidades de formação universitária segundo a promessa ou expectativa das políticas educacionais de acesso à educação superior? O problema de desistência ou abandono do ensino superior, a despeito dos discursos da política de acesso e de formação profissional, parece relacionar-se ao perfil dos alunos que ingressam em determinado(s) curso(s) superiores. No campo da educação, em torno de 20% dos matriculados desistem ou abandonam o curso que escolheram. Seria pela falta de informações preliminares sobre os cursos? Seria a falta de planejamento estudantil daqueles que ingressaram movidos pela oportunidade apresentada? Ou essa desistência ou abandono seria uma questão cultural, ou “disciplinar” abordada por Immanuel Kant?

Não há ninguém que, tendo sido abandonado durante a juventude, seja capaz de reconhecer na sua idade madura em que aspecto foi descuidado, se na disciplina, ou na cultura (pois que assim pode ser chamada a instrução). Quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. A falta de disciplina é um mal pior do que a falta de cultura, pois essa pode ser remediada mais tarde, ao passo que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina (KANT, 1996, p.16 APUD VEIGA-NETO, 2003. p.8).

No caso de esses ingressantes não possuírem as condições básicas e a preparação propedêutica necessária para fazer um bom curso superior, que as faculdades devem fazer ou têm feito para recuperá-los de suas deficiências educacionais prévias?

Há também que se fazer uma análise comparativa entre o objetivo simplista da obtenção do diploma, que provavelmente “facilitará” a conquista de um emprego melhor, e a verdadeira missão da formação universitária que deve ser muito mais ampla e destinar-se ao desenvolvimento pessoal e social do estudante. Para Calza (2012), o desafio, no entanto, está na oferta de um ensino de qualidade, que disponha de infraestrutura e capacidade de satisfazer as demandas de qualidade do mercado. A autora, ao se referir a Carlos Antônio Monteiro, especialista em educação e conselheiro do CRA-SP, escreve: “É preciso entender por que os alunos procuram uma faculdade e o que querem para vencer esses desafios” (CALZA, 2012, p. 21). As forças *exógenas* exercem forte influência nas instituições. Uma das maiores dificuldades das instituições tem sido atender às exigências dessas forças do mercado. “Num primeiro momento os novos fenômenos surgem acompanhados por uma mudança das regras do jogo das relações entre a universidade e as forças exteriores a essa instituição” (GUADILLA, 1994, p. 63).

A justificativa para essas indagações é dada pela necessidade e urgência de se analisar e avaliar os parâmetros empregados pelas políticas educacionais de acesso à educação superior, que pretende inserir em cursos superiores mais alunos egressos da escola pública e, em tempo relativamente curto, prepará-los para o mercado de trabalho.

A metodologia utilizada nesse estudo foi uma revisão bibliográfica sobre o tema do acesso à educação superior, com o intuito de analisá-lo, especialmente focando o acesso aos cursos de administração. O estudo foi acompanhado por uma pesquisa de campo, realizada no mês de junho de 2012 junto a uma amostra de 50 estudantes matriculados no período diurno e noturno do curso de administração de uma Faculdade particular situada na região de Presidente Prudente com objetivo de caracterizar o perfil dos estudantes ingressante no curso.

A coleta dos dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário composto de perguntas relacionadas a quatro aspectos:

1. Características demográficas (gênero e idade);
2. Características relacionadas ao curso escolhido;
3. Escolaridade dos pais;
4. Predisposições e expectativas em relação ao curso.

2. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A Lei que regulamenta a avaliação da Educação nas IES – Instituições de Ensino Superior denominada LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 20/12/1996, no seu capítulo IV, Art. 43, estabelece que a Educação Superior tenha por finalidade: “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” e segue, “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua”. Assim exposto, a preocupação em garantir uma formação suficientemente capaz de tornar o aluno do ensino superior engajado sobre sua função na sociedade e representante participativo da futura sociedade é uma preocupação presente no sistema de ensino, e que tem feito produzir inúmeros trabalhos acerca das práticas educativas. Pacheco (2004, p. 1) reconhece essa necessidade ao descrever “diante da situação dramática da qualidade da educação básica brasileira, em que o desempenho escolar dos estudantes está bastante abaixo do ideal”. Essa ideia reflete poderosamente na continuidade do estudo do aluno nas fases do ensino médio até a faculdade. Pacheco (2004, p. 1) reforça seu pensamento: “quando se fala em reforma universitária, o que se pretende é a reformulação ampla de todos os níveis de ensino” O Brasil, embora apresente números que demonstre aumento do número de vagas, fica muito aquém de seus países vizinhos.

Mesmo com esse aumento de vagas, o acesso ainda é bem restrito. No Brasil, de cada cem pessoas com 18 a 24 anos de idade, apenas nove estão matriculadas no ensino superior. No Chile, esse índice é mais que o dobro, e, na Argentina, é quatro vezes maior, isso para citar apenas nossos vizinhos latino-americanos. Além de baixo, o índice de atendimento brasileiro é desigual entre as regiões do País. Enquanto no Sul 12,8% dos jovens frequentam a universidade, no Nordeste a taxa é de 5% (PACHECO, 2004, p. 1).

É necessário estabelecer o perfil profissional que se pretende formar para ofertar ao mercado de trabalho, haja vista que a amostragem revela falta de qualidade na educação no cenário atual.

Portanto, o objetivo geral consiste em apurar e analisar as mudanças no ensino superior contemporâneo, em detrimento às políticas de acesso, no sentido de averiguar sobre os motivos que levam o aluno à desistência ou abandono num determinado curso superior.

Para que se consiga atingir esses objetivos gerais é fundamental contextualizar historicamente o ensino superior, com base em análises de dados sobre o crescimento da oferta do número de vagas por amostragem e assim futuramente detectar as causas e os efeitos proporcionados pela evasão em relação aos objetivos dos alunos que ingressam no ensino superior, e por fim identificar e relatar os fatores que levam os discentes regularmente matriculados interromperem por desistência ou abandono seus cursos superiores. O olhar nas bases históricas é pré-requisito para se observar o caráter social da educação.

Para tanto, os próximos capítulos tratam de uma contextualização histórica do ensino superior no Brasil, fazendo apontamentos que revelam lacunas sobre o ensino superior como, por exemplo, as desigualdades que marcam o ensino superior brasileiro.

3. PERFIL DOS INGRESSANTES NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

A seguir, o estudo apresenta os dados mais relevantes relacionadas às 10 questões do questionário. A resposta à questão 1 mostrou que dentre os alunos ingressantes houve uma predominância de mulheres, ou seja, dos 50 alunos matriculados no curso de administração 58% são mulheres, o que mostra a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho observada nos últimos anos.

Quanto à faixa etária dos alunos, a resposta à questão 2 revelou que 56% dos alunos, ou seja, a maioria tem até 24 anos. Esse dado indica que a atual geração de jovens que escolheram o curso de administração está ingressando no curso mais cedo com pouca ou nenhuma bagagem de experiência sobre a profissão escolhida. Trinta e seis por cento é a parcela de alunos que trabalham, mas não na área administrativa e 20% deles nunca trabalharam, ou 56% dos alunos provavelmente terão dificuldade em vivenciar o conteúdo das disciplinas do curso (dados da questão 3).

Considerando os alunos que trabalham (40 alunos), 60% deles informaram que trabalham em período integral. Essa pouca disponibilidade para estudar está relacionada ao

menor aproveitamento do aluno no curso, em comparação com aqueles que estudam em período integral (dados questão 4).

Sobre as características escolares dos pais dos estudantes, constatamos que todos (pais e mães) possuem o ensino fundamental, a maioria deles (32) concluiu o ensino médio e apenas quatro têm o curso superior completo.

Quanto à escolaridade básica dos estudantes, a grande maioria, ou seja, 90%, provém de escolas públicas.

Sobre as expectativas após a conclusão do curso, 17 alunos responderam que pretendem obter diploma para poder prestar concursos públicos; 8, para conseguir um emprego na região de Presidente Prudente - SP; 12, para buscar empregos em outras regiões e 13, para conseguir um diploma de ensino superior. Os dados apontam que a opção de prestar concurso público ainda é o anseio da maioria dos alunos pesquisados nesse trabalho.

Na resposta à questão 9 que indagou sobre as razões da escolha do curso, 16 alunos afirmaram que se sentem atraídos pelo valor das mensalidades, 14, que as disciplinas são o maior atrativo e 20 deles, que a maior razão para a escolha está relacionado com o trabalho na área administrativa. O dado mais preocupante concentra-se na opção “mensalidades”, pois pode revelar a dificuldade econômica e financeira que o aluno tem para fazer o curso.

A questão 10 indaga se o aluno teve conhecimento sobre as disciplinas do curso que está fazendo. Quase metade deles (22 alunos) desconhece a composição curricular do curso, o que pode se tornar um fator importante de abandono ou desistência do curso, em função das dificuldades que possa ter em acompanhar as matérias.

4. CONCLUSÃO

O estudo procurou caracterizar o cenário atual do acesso no ensino e o perfil dos alunos do curso de Administração de uma Faculdade particular situada na região de Presidente Prudente – SP. A pesquisa revelou alto percentual de alunos na faixa-etária entre 19 e 24 anos (56%), população estudantil bastante jovem, e uma parcela bastante elevada de alunas com alguma experiência na área administrativa (36%). A quase totalidade dos jovens cursou a escola pública (94%) e a maioria de seus pais concluiu o ensino médio. Esses dados precisam ser levados em conta pelas instituições particulares de educação superior para que desenvolvam esforços no sentido de aperfeiçoar suas estruturas curriculares e seu ambiente pedagógico e de apoio ao estudante.

A maioria dos ingressantes no curso de Administração deixa claro que busca estabilidade econômica e financeira através da prestação de concursos públicos após a conclusão do curso. Isso reflete sua aspiração de ascensão social e de segurança econômico-financeira.

Diante do exposto, cabe aos gestores de faculdades particulares de administração analisar o ambiente onde seu curso se tem desenvolvido, compreender a realidade social na qual está inserido, atentar para as necessidades e exigências do mercado de trabalho e conhecer os valores, concepções, aspirações e características de seus discentes, a fim de levá-los em consideração no momento de pensar ou de repensar o projeto pedagógico do curso.

RERÊNCIAS

BRASIL - LDEBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394 de 20/12/1996. Brasília DF: Senado. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comissão Nacional para reformulação da Educação Superior**. Uma nova política para a educação superior. Relatório Final. Brasília, 1985.

CALZA, L. Administração em alta. **Revista administrador profissional**. São Paulo, junho de 2012, p. 20.

GUADILLA, C. G. Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latino-americana. In: PAIVA, V. e WARDE, M. J. (orgs.). **Dilemas do ensino superior na América Latina**. Campinas-sp: Papyrus, 1994 p. 59-100

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - Anísio Teixeira.
Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> acesso em 12 jun. 2012.

<http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm> acesso em 12 jun. 2012.

http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf acesso em 15 de jun. 2012.

<<http://ensinosuperior.inep.gov.br/>> acesso em 12 jun. 2012.

<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>. acesso em 12 jun. 2012.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf . acesso em 15 jun 2012.

KANITZ, S. A Era do Administrador. **Veja**, v. 38, n. 1886, p. 21, 2005.

PACHECO, E. **Educação superior: reforma, acesso e avaliação**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/ed_superior.htm> Acesso em: 20/06/2007.

SCHWARTZMAN S. O futuro da educação superior no Brasil. In: PAIVA, V.; WARDE, M. J. (orgs.). **Dilemas do ensino superior na América latina**. Campinas, SP: Papirus, p. 143-179. 1994.

SEBRAE-SP disponível no site:
http://www.sebraesp.com.br/TenhoUmaEmpresa/Biblioteca/OutrosConteudos/EstudosePesquisas/EstudosRegionais/InformacoesSocioeconomicasMunicipais/Documents/informacoes_municipais_versao_2008.xls acesso em 12 mai 2012

VEIGA-NETO, A. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**. 2003.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000200002>